

# SULMINAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 01.263.230/0001-06

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Campinas, 28 de abril de 2025.

A Administração.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	34	47	4.185	1.940
Contas a receber de clientes	-	-	4.799	4.634
Dividendos pagos antecipados	-	22	-	22
Tributos a recuperar	1	1	141	117
Dividendos a receber	631	546	-	-
Outros ativos	-	-	279	379
	<b>666</b>	<b>616</b>	<b>9.404</b>	<b>7.092</b>
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	-	-	13.720	13.090
Depósitos judiciais	-	-	366	400
Investimento em controlada	15.468	13.472	-	-
Imobilizado	-	-	11.445	10.794
Bens de direito de uso	-	-	821	366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	93	-
Intangível	-	-	16	16
	<b>15.468</b>	<b>13.472</b>	<b>26.461</b>	<b>24.666</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>16.134</b>	<b>14.088</b>	<b>35.865</b>	<b>31.758</b>

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>				
Custo dos serviços prestados	-	-	29.572	27.043
<b>Lucro bruto</b>				
Despesas gerais e administrativas	(10)	(10)	(4.221)	(4.147)
Despesas comerciais	-	-	(3.507)	(2.874)
Participação nos lucros de controladas	2.656	2.300	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13)	(3)	183	33
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>2.633</b>	<b>2.287</b>	<b>4.748</b>	<b>3.665</b>
Receitas financeiras	4	6	938	1.274
Despesas financeiras	-	-	(260)	(109)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>678</b>	<b>1.165</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.637	2.293	5.426	4.830
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(544)	(453)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	187	20
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.637</b>	<b>2.293</b>	<b>5.069</b>	<b>4.397</b>
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	2.637	2.293
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.432	2.104
			<b>5.069</b>	<b>4.397</b>

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	2.637	2.293	5.069	4.397
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(187)	(21)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	544	453
Provisão para riscos	-	-	(92)	22
Depreciação e amortização	-	-	2.123	2.005
Alienação do ativo imobilizado e intangível	-	-	13	-
Equivalência patrimonial Juros e variações monetárias de arrendamentos e outros	(2.656)	(2.300)	-	2
	<b>(19)</b>	<b>(7)</b>	<b>7.033</b>	<b>5.813</b>
<b>Redução (Aumento) dos ativos operacionais:</b>				
Contas a pagar de clientes	-	-	(165)	(1.261)
Tributos a recuperar	-	-	4	(24)
Depósitos judiciais	-	-	34	15
Outros ativos	-	-	101	(27)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	-	(1)	(179)	(88)
Partes relacionadas	-	-	(193)	258
Salários e encargos sociais	-	-	(53)	201
Tributos a recolher	-	-	97	(34)
Provisão para remuneração variável	-	-	236	(259)
			<b>(13)</b>	<b>15</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Capital Social		Reserva Legal		Reserva Retenção de Lucros	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Em 1 de janeiro de 2023</b>	8.000	273	4.292	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.293	(115)	-
Complemento de reserva legal	-	115	-	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	(771)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(545)	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	1.633	(1.633)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8.000</b>	<b>388</b>	<b>5.154</b>	<b>-</b>	<b>2.637</b>	<b>2.432</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.637	(132)	-
Complemento de reserva legal	-	132	-	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	(47)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(626)	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	1.879	(1.879)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>8.000</b>	<b>520</b>	<b>6.986</b>	<b>-</b>	<b>15.506</b>	<b>14.165</b>

Demonstrações dos resultados abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.637</b>	<b>2.293</b>	<b>5.069</b>	<b>4.397</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.637</b>	<b>2.293</b>	<b>5.069</b>	<b>4.397</b>
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	2.637	2.293
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.432	2.104
			<b>5.069</b>	<b>4.397</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Sulminas Participações S.A. (a "Controladora"), é uma companhia de capital fechado, localizada em Campinas, Estado de São Paulo, Brasil, dedica-se às atividades de investimento em radiodifusão no Brasil, como acionista, em sua controlada Televisão Sul de Minas S.A. (conjuntamente a "Companhia" ou "Consolidado"). A controlada Televisão Sul de Minas S.A. (a "Companhia"), é uma companhia de capital fechado, localizada em Varginha, Estado de Minas Gerais, Brasil, com unidade geradora na cidade sede, dedicando-se às atividades de radiodifusão com transmissão de sinal de TV analógica, digital e SAT HDR para 163 municípios do estado de Minas Gerais. A outorga para a execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é concedida pela União Federal através de aprovação do Presidente da República e Congresso Nacional. Além disso, as outorgas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens são concedidas separadamente por localidade. As outorgas não são exclusivas, expiram após 15 anos contados a partir da sua concessão e são renováveis mediante solicitação por um período similar. O prazo da outorga da Televisão Sul de Minas S.A. para o período de dezembro de 2015 a dezembro de 2030 encontra-se em processo de renovação, tendo sido protocolado no Ministério das Comunicações, em 23 de junho de 2015 e, considerando que a Companhia vem cumprindo com todos os requerimentos da lei, não existem quaisquer indicativos de que o processo de renovação não será concluído como ocorrido em oportunidades anteriores. A Companhia atua como emissora afiliada à Rede Globo de Televisão e tem sua programação básica fornecida por aquela empresa, com suporte formal em contratos firmados entre as partes. Os saldos e resultados provenientes das transações com a Rede Globo refletem em condições estabelecidas em negociações, suportadas por esses contratos. A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

**2. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Portanto, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.2. **2.2. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). b) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), uma vez que a Companhia possui investimento em controlada que é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, o investimento na controlada é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, sendo ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos da investida tendo como contrapartida uma conta de "participação nos lucros de controlada". A seguinte empresa é controlada diretamente pela Controladora:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Televisão Sul de Minas S.A.	52,20%	52,20%

**2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas

cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e outros investimentos de curto prazo, com vencimento de até três meses, com risco insignificante de alteração de valor. São prontamente convertíveis em caixa, sendo indexados à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"). **2.5. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras em fundos de investimentos, são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, que possuem taxas de avaliação de rating, são de curto prazo, não estão sujeitas a riscos de perdas significativas e de modo geral mantêm-se o "CDI" como referência. **2.6. Ativos financeiros:** 2.6.1. **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, e o valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. a) **Custo Amortizado:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Depósitos judiciais", e "Partes relacionadas". b) **Valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não possui saldo nesta categoria para os exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023. 2.6.2. **Reconhecimento e mensuração:** São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e valor justo por meio do resultado. 2.6.3. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.6.4. **Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia em base prospectiva as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. 2.6.5. **Reconhecimento e mensuração:** A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Os ativos financeiros são baixados quando incorrido os direitos de receber fluxos de caixa e ou transferências; neste último caso, desde que a Companhia transfira, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.7. Passivos financeiros:** 2.7.1. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, e passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, arrendamentos, contas a pagar para partes relacionadas e dividendos a pagar. 2.7.2. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ônus na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. 2.7.3. **Desreconheci-**

**mento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A PECLD, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.9. Outros Ativos:** Os estoques referem-se a material de consumo e são demonstrados ao custo médio das compras. O saldo de estoques estão sendo demonstrados sob a rubrica de "Outros ativos". **2.10. Ativos intangíveis:** a) **Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. b) **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares que é de cinco anos. **2.11. Imobilizado:** O imobilizado inclui principalmente máquinas e equipamentos, e é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, centro de operações de transmissão, estúdios e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Média ponderada em anos
Edificações de emissoras	40
Instalações técnicas e administrativas	7
Máquinas e equipamentos	5
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Móveis, utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não foram identificados indicativos de impairment para o ativo imobilizado. **2.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como

passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14. Provisões para riscos:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidad-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente de dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16. Benefícios a empregados:** a) **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro operacional da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando esta estiver atualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation). **2.17. Patrimônio Líquido:** a) **Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18. Reconhecimento da receita:** a) **Receita de publicidade:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando ocorre a exibição dessa. A Companhia reconhece a receita quando a obrigação de desempenho é cumprida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade na Companhia compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela Rede Globo para exibição na emissora. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19. Arrendamentos:** CPC 06 (R2) - "Arrendamentos": com essa norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento que se enquadram na respectiva norma contábil. A Companhia adotou procedimentos internos para contabilização dos contratos de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2) e, realiza mensalmente, as respectivas contabilizações e adoções de novos contratos, quando aplicável. A Companhia reconhece o ativo de direito de uso, contra passivo de arrendamento, considerando-se os valores brutos dos contratos de arrendamento e aplica taxa incremental para cálculo do valor presente líquido. **2.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.21. Outros receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.22. Depósitos judiciais:** Em regra geral os depósitos judiciais são mantidos pelo seu valor original, desde que não tenha determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações):** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras

a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: **Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as